

MILEGATE



Independent member
Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**



ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI
DE ANDRADE SILVA

São Paulo, 20 de Junho de 2022.

À: ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA- AHPAS.
São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Pela presente, estamos encaminhando a V.Sas., o relatório das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 da **Associação Helena Piccardi de Andrade Silva - AHPAS**, preparadas pela administração, acompanhada do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Lira
Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2021 e 2020.
Acompanhada do Relatório do Auditor Independente****Índice**

	Páginas
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações Financeiras	
Balanco Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	10

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Helena Piccardi de Andrade Silva - AHPAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Helena Piccardi de Andrade Silva - AHPAS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A Entidade não tem finalidade de lucros e obtém parte substancial de suas receitas na forma de doações, contribuições de terceiros e arrecadações em eventos, as quais somente são identificadas e registradas contabilmente quando efetivamente recebidas, conforme descrito nas notas explicativa “3.i” e “8”. Por essa razão, nossos exames nessa área ficaram restritos, exclusivamente, aos valores contabilizados. Nossa opinião não está modificada devido a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2022.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Lira
Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	1.028.309	1.181.933
Contas a Receber de Projetos	(3.c)	30.000	216.000
Contas a Receber		6.802	12.893
Estoque de Doações		-	119.784
Adiantamentos		2.500	9.733
Despesas Antecipadas		2.083	4.849
Outras Contas		5.537	2.131
Total do Circulante		1.075.231	1.547.323
Não Circulante			
Contas a Receber de Projetos		-	30.000
Depósito Caução		39.000	9.000
Imobilizado	(5)	197.749	105.887
Intangível		-	1.579
Total do Não Circulante		236.749	146.466
Total do Ativo		1.311.980	1.693.789

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Notas	2021	2020
PASSIVO			
<u>Circulante</u>			
Empréstimos		-	29.563
Fornecedores		2.431	1.506
Obrigações Trabalhistas		28.376	24.635
Férias e Encargos a Pagar		61.983	30.536
Obrigações Tributárias e Sociais		1.569	658
Subvenções a realizar – Criança Esperança	(9)	-	300.000
Doações a Distribuir		-	119.784
Outras Contas a Pagar		6.908	6.739
Total do Circulante		101.267	513.421
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social	(7)	1.210.713	1.180.368
Total do Patrimônio Líquido		1.210.713	1.180.368
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.311.980	1.693.789

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas			
Doações em Dinheiro de Pessoas Jurídicas e Físicas	(8)	1.007.309	970.116
Receitas com Bazar		442.957	299.628
Receitas Obtidas com Voluntariado	(13)	161.859	201.104
Receitas de Eventos		120.600	436.105
Receitas de Convênios	(9)	483.229	149.246
Outras Receitas		12.515	40.319
Outras Receitas (Alienação de Veículos)		-	47.500
Total das Receitas		2.228.469	2.144.018
Despesas Operacionais			
Pessoal		(1.046.954)	(703.493)
Prediais		(244.727)	(150.395)
Veículos		(150.518)	(105.536)
Serviços de Terceiros		(183.604)	(65.766)
Despesas com Apoio Sociofamiliar	(16)	(69.839)	(48.381)
Gerais		(314.707)	(111.766)
Com Eventos		(42.841)	(44.050)
Despesas com Voluntariado	(13)	(161.859)	(201.104)
Depreciação e Amortização		(23.740)	(58.470)
Outras Despesas		-	(17.618)
Total das Despesas		(2.238.789)	(1.506.579)
Superávit antes do resultado Financeiro		(10.320)	637.439
Despesas Financeiras		(17.383)	(13.881)
Receitas Financeiras		58.048	11.759
Resultado Financeiro		40.665	(2.122)
Superávit do Exercício		30.345	635.317

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA - AHPAS

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	549.548	(4.497)	545.051
Transferência do Déficit do Exercício Anterior	(4.497)	4.497	-
Superávit do Exercício	-	635.317	635.317
Saldos em 31 de dezembro de 2020	545.051	635.317	1.180.368
Transferência do Déficit do Exercício Anterior	635.317	(635.317)	-
Superávit do Exercício	-	30.345	30.345
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.180.368	30.345	1.210.713

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA-AHPAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)**

	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	30.345,00	635.317,00
Ajustes para conciliar o Superávit com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	23.740,00	58.470,00
Resultado na alienação de bens	-	(47.500,00)
Apropriação de receita diferida (Convênios)	(300.000,00)	-
Superávit Ajustado	(245.915,00)	646.287,00
(Aumento) Redução das Contas do Ativo		
(Aumento) Redução de Adiant. Despesas Antecipadas e Outras Contas	6.593,00	(3.487,00)
(Aumento) Redução de Convênios e Contas a Receber	222.091,00	(255.389,00)
(Aumento) Redução de Depósito Caução	(30.000,00)	-
(Aumento) Redução das Contas do Passivo		
Aumento (Redução) de Fornecedores	925,00	(8.585,00)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	35.188,00	5.341,00
Aumento (Redução) de Obrigações Sociais e Tributárias	911,00	(2.088,00)
Aumento (Redução) de Convênios	-	300.000,00
Aumento (Redução) de Outras Contas a Pagar	169,00	267,00
Caixa Gerado (Consumido) de Caixa pelas Atividades Operacionais	(10.038,00)	682.346,00
Das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado	(114.023,00)	(70.520,00)
Recebimento pela venda do imobilizado	-	161.080,00
Caixa Líquido Gerado nas atividades de investimentos	(114.023,00)	90.560,00
Das Atividades de Financiamento		
Captação de Empréstimos	-	29.563,00
Liquidação de Empréstimos	(29.563,00)	-
Caixa Líquido Gerado nas atividades de financiamento	(29.563,00)	29.563,00
(Redução) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(153.624,00)	802.469,00
DEMONSTRADO COMO SEGUE:		
Caixa e Equivalente de Caixa		
No Início do Exercício	1.181.933,00	379.464,00
No Final do Exercício	1.028.309,00	1.181.933,00
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	(153.624,00)	802.469,00

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO HELENA PICCARDI DE ANDRADE SILVA-AHPAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

1 Contexto Operacional

A AHPAS - Associação Helena Piccardi De Andrade Silva, constituída em 1999, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tem como missão, garantir o acesso ao tratamento oncológico para crianças e adolescentes com câncer em alta situação de vulnerabilidade social, especialmente através do serviço de transporte da residência do paciente até o hospital e respectivo retorno. Sempre de forma gratuita, oferecemos também várias ações de apoio sociofamiliar, melhorando assim a qualidade de vida dos jovens e ampliando as chances de cura.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas específicas para entidades sem fins lucrativos.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois, além do déficit do exercício, não existem outros itens que devessem ser tratados nesta demonstração.

Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1) e aprovada sua conclusão pela administração em 31 de março de 2022 para submeter a Assembleia.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Ativo Circulante

O ativo circulante é demonstrado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

c) Contas a Receber de Projetos

Valor a receber da UNESCO, Produto final, pelo projeto “Criança Esperança”, conforme previsão contratual prorrogada de 31/03/2022 para 30/09/2022.

d) Contas a Receber

Valores a receber de doações efetuadas através da Plataforma Digital www.doacao.ahpas.org.br

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou pelo valor do bem recebido em doação. A depreciação é calculada pelo método linear e às taxas, mencionadas na nota explicativa 5, consideram o tempo de vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada no resultado do exercício.

A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entende que elas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos. Quando o valor contábil de um ativo é maior do que o valor recuperável estimado, ele é imediatamente reduzido ao valor recuperável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

f) Férias a Pagar e Encargos

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da isenção, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos.

h) Passivo Circulante

O passivo circulante é demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável.

Pode ocorrer o registro de provisões, que são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação, presente ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor possa ser estimado com segurança.

i) Apuração do Superávit ou Déficit do Exercício

As receitas são apuradas através de comprovantes de cobranças, avisos bancários, notas fiscais, recibos e outros e são reconhecidas, dependendo da circunstâncias e forma, pelo regime de competência ou efetivo recebimento, principalmente doações, quando identificadas nas movimentações bancárias da Entidade.

As despesas da Entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais e são reconhecidas pelo regime de competência.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e Banco:		
Fundo fixo de caixa	665	165
Bancos conta movimento	12	12
Aplicações		
Bradesco – CDB	141.968	86.396
Bradesco – Título de Capitalização	-	25.000
Banco Itaú S.A.	12.991	146.877
Banco do Brasil S.A.	5.461	33.120
Bradesco	156	53.999
Sul América Investimentos	867.056	836.364
Total	1.028.309	1.181.933

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa de curto prazo- CDB e FIC FI.

5 Imobilizado

Descrição	Taxa de deprec. a.a.	2020	Adições	Baixas	2021
Custo					
Veículos		99.332	90.000	-	189.332
Máquinas e Equipamentos		5.490	-	-	5.490
Móveis e Utensílios		17.151	-	-	17.151
Informática e Comunicação		36.224	24.023	-	60.247
Total – Custo		158.197	114.023	-	272.220
Depreciação					
Veículos	20%	(4.861)	(19.400)	-	(24.261)
Máquinas e Equipamentos	10 %	(5.490)	-	-	(5.490)
Móveis e Utensílios	10 %	(17.151)	-	-	(17.151)
Informática e Comunicação	20 %	(24.808)	(2.761)	-	(27.569)
Total – Depreciação		(52.310)	(22.161)	-	(74.471)
Imobilizado líquido		105.887	91.862	-	197.749

6 Bens Recebido em Comodato

A Associação recebeu em comodato 6 veículos da empresa Volvo em perfeitas condições de uso e funcionamento, com finalidade exclusiva na utilização nas atividades no intuito de transportar voluntários e público atendido nos projetos realizados pela AHPAS. A Volvo arcará com todas as despesas oriundas da revisão mecânica que se fizerem necessários desde que decorrentes do uso normal e regular do veículo e, também, os seguros durante o período de vigência.

O Contrato foi renovado com como novo prazo de vigência de 31/10/2021 até 20/12/2022.

Registrado em contas de compensação (ativo e passivo), meramente para controle, o montante de R\$ 1.764.226. A AHPAS custeará apenas as despesas usuais de utilidade, como combustível, lavagens e infrações de trânsito, caso houver.

7 Patrimônio Social

Constituído, conforme artigo 13 de seus Estatutos Sociais, de 16/03/07, por bens móveis e imóveis, direitos e valores adquiridos, recebidos ou arrecadados sob a forma de doação, legados, subvenções e outras, utilizado exclusivamente para cumprimento de suas finalidades sociais. Ao Patrimônio Social são incorporados os Superávits ou Déficits de cada exercício.

Em caso de dissolução ou extinção, o eventual Patrimônio Social remanescente será destinado a entidades congêneres, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

8 Doações Recebidas

	2021	2020
De Pessoas Físicas	458.949	744.908
De Pessoas Jurídicas	548.360	225.208
Total	1.007.309	970.116

As doações são reconhecidas, dependendo da circunstância, pelo regime de competência ou quando do efetivo recebimento, quando identificadas nas movimentações bancárias da Entidade

9 Receitas de Convênios

Referente, basicamente, ao convênio firmado em janeiro de 2021, com a Associação Marchadores Pela Vida, vigente de janeiro a dezembro pelo Projeto “Transportando Mais Esperança” no valor de R\$ 183.229 e o reconhecimento da receita de acordo com sua realização do projeto “Vivendo e aprendendo: Um Guia para Lidar Melhor com o Câncer Infantojuvenil”, selecionada pelo programa Criança Esperança em 2020 pela implementação das atividades ocorrida de janeiro a dezembro de 2021 no valor de R\$ 300.000.

10 Instrumento Financeiro

Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos da Entidade, registrados em contas patrimoniais, não se apresentam diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras, considerando os critérios de atualização contratados, não existindo operações com instrumentos financeiros derivativos.

11 Isenção Tributária Usufruída

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), não são calculados ou devidos por tratar-se de Entidade sem Fins Lucrativos, conforme art. 15 da Lei 9532/97. Quaisquer receitas de serviços distintos à sua atividade fim, eventualmente recebidas pela Associação, serão incluídas na base de cálculo para apuração e recolhimento de impostos correspondentes.

12 Coberturas de Seguros

A entidade efetua a contratação de seguros em valores considerados suficiente para cobertura de eventuais sinistros dos seus bens.

Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação de suficiência da cobertura de seguros.

13 Trabalhos de Voluntariado

De acordo com a Resolução ITG 2002(R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Os valores apresentados como voluntariado referem-se apenas a atividades de Bazar (vendas, triagem e coordenação), Voluntários do transporte, Presidente, vice-presidente, Coordenação geral e Conselho fiscal da Associação (03 membros), sendo, assim, uma estimativa de remuneração não dispendida, não havendo outros tipos de voluntariado neste exercício.

14 Certificações

A associação possui os seguintes certificados:

- Certificados de Utilidade Pública Estadual- Lei Estadual 11.955 de 10 de junho de 2005; válido até março de 2023;
- Certificação de Utilidade Pública Federal - Portaria MJ 1972 de 01 de dezembro de 2015 - Com a revogação da Lei 95/1935 foi extinto o título de UPF;

- Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o número 1463/09, de acordo com a Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Válido até junho de 2023;
- Certificado de Reconhecimento de entidade promotora de Direitos Humanos, sob o número 2045, para efeitos do disposto no decreto nº 46655/02, válido até setembro de 2022;
- Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades do Terceiro Setor (CENTS), válido até janeiro de 2023.

15 Aspectos Fiscais

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção quando ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. O não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

A administração entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias e que não estão sujeitas a incidência de outros tributos.

As declarações de rendimentos estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

16 Despesas com Apoio Sociofamiliar

As ações de apoio sociofamiliar correspondem a cartões de alimentação para as crianças e adolescentes atendidas pela Entidade

17 Compromissos

A Associação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.